



Anais da Assembléia

Nº 152

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Oriando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zarusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Rery Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05; Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1996
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidékazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossom e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS:

Sob o nº CTL/SEEG/297/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 392/95, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/298/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

355/96: De autoria do Deputado Beto Richa, que dispõe sobre as instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicas" e "24 Horas", e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.562. Anote-se - Arquivar-se.

Sob o nº 081/96, do Senhor Governador do Estado, encaminhando Balanço Geral das contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1995, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 121/96, do Senhor José Ramalho - Chefe da Secretaria de Apoio aos Sistemas Estaduais de Pesquisas Agropecuárias - SSE, comunicando que a EMBRAPA e o Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, firmaram convênios

de Cooperação Técnica, Material e Financeira no valor de R\$ 367.414,00 (trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quatorze reais). Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 2273/96, do Senhor Daniel Domingues - Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a celebração de convênio/MPAS/SAS/nº 93/96, entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Estado do Paraná, no valor de R\$ 5.909.850,00 (cinco milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), a serem transferidos pela União / Fundo Nacional de Assistência Social ao Estado / Fundo Estadual de Assistência Social, dos quais já liberada a primeira parcela de R\$ 984.975,00 (novecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais), destinados ao desenvolvimento de ações de enfrentamento à pobreza, deste Estado. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 169/96, do Senhor Fernando Alberto Freire - Gerente de Convênios do Ministério da Saúde, comunicando Convênio nº 155/96, firmado entre a FNS e o Instituto de Saúde do Paraná. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto nº 159/96, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se justifica, Senhor Presidente, considerando a proximidade do novo exercício, quando no reinício das aulas, é importante que o Programa esteja em funcionamento para sanar os graves problemas de recursos dos municípios no que tange ao transporte escolar.

REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Assis Nicolau Abrão, em Porto União, em 29.09.96.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI

ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 80 anos, faleceu, dia 29 de setembro, na Cidade de Porto União - SC, o Senhor Assis Nicolau Abrão, que era comerciante, sendo um dos pioneiros de União da Vitória.

O extinto deixa viúva Dona Celestine, 04 filhos, 16 netos e 03 bisnetos.

O passamento de Assis Nicolau, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles, os Deputados subscritores do presente.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Assis Nicolau Abrão.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Assis Nicolau, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Assis Nicolau para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais justa, mais humana e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a Terra a sua graça. Guardará seu servo Assis Nicolau sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio destes Parlamentares cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Abrão, endereçando a ela voto de profundo pe-

sar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Ten. Cel. Francisco Antônio Arantes, Comandante da Polícia Militar de Ponta Grossa; ao Delegado Chefe da Polícia Civil de Ponta Grossa, Emílio Wzorek; e ao Conselho Municipal de Segurança de Ponta Grossa, pelo entrosamento do trabalho realizado em conjunto no combate a violência e a criminalidade em Ponta Grossa e região dos Campos Gerais.

Grças a operosidade da Polícia Militar com cronograma de trabalho bem organizado conjuntamente com a Polícia Civil e Conselho Municipal de Segurança, fez diminuir sensivelmente o índice de crimes e roubos na cidade.

Ponta Grossa vem dando exemplo a todo o nosso Estado do Paraná, de que com seriedade e competência é possível, mesmo com poucos recursos materiais e pessoais, realizar um bom trabalho.

A polícia pontagrossense vem atuando nos locais onde há maior incidência de fatos indesejáveis, como na saída das escolas, na área comercial, na área rural através da Patrulha Rural, na periferia e no centro da cidade, através de pessoal capacitado, veículos e motocicletas.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência aos acima congratulados, bem como ao Secretário de Segurança do Estado, Cândido Martins de Oliveira, ao Comandante da Polícia Militar, Cel. Daniel Cezar Maingué; e ao Diretor da Polícia Civil, Tóleb Baleche Barbosa.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, aos senhores proprietários do Restaurante "Os Piás", desta Cidade de Curitiba, extensivos aos seus funcionários.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Os proprietários desse restaurante, juntamente com seus funcionários, vêm atendendo durante vários anos a sua dileta clientela, com a maior dedicação, sendo inclusive atração no bairro do Tarumã, e porque não dizer, da Cidade de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo, votos de congratulações à Tribuna do Paraná, pela comemoração dos seus 40 anos de circulação.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Atravessar quatro décadas como líder absoluto entre os jornais da Capital já é um grande mérito. Fazer isso, mantendo as características que o consagram e, ao mesmo tempo, não descuidar dos avanços tecnológicos, é motivo de júbilo para todos nós que, diariamente, temos o privilégio de ler a Tribuna.

Essa marca, porém, jamais seria obtida sem o trabalho dos inúmeros profissionais do Grupo Paulo Pimentel, que são responsáveis diretos pelo destaque daquele jornal na imprensa paranaense.

Como jornalista e, inclusive, ex-funcionário da Tribuna, posso dar testemunho do quase desumano ritmo de trabalho dentro de um veículo de comunicação, onde se luta contra o relógio, para noticiar quase ao mesmo tempo em que o fato está ocorrendo. Mas essa verdadeira maratona jamais pode comprometer a correção, a seriedade e a imparcialidade.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo aos diretores e funcionários do Grupo Paulo Pimentel, que concorrem com seus esforços para a trajetória de sucesso da Tribuna do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo, votos de congratulações pela criação da Associação Paranaense de Apoio ao Paciente Transplantado de Fígado - Renascer.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Criada recentemente, a Associação tem por objetivo subsidiar o Hospital de Clínicas da UFPR, para que possa aumentar o número de transplantes de fígado, já que esse é o único estabelecimento que realiza esse tipo de transplante em nosso Estado.

A entidade resulta da iniciativa de um grupo de pessoas sensíveis ao drama daqueles que enfrentam doenças hepáticas e que poderiam ter suas vidas normalizadas com um transplante. Entre essas pessoas está o Doutor Júlio Coelho, um dos expoentes da nossa medicina e pioneiro dos transplantes de fígado no Paraná, além de outros importantes nomes da nossa sociedade: Ida Axelrud (presidente de honra), Francisco Cunha Pereira Filho (presidente), Celso Gusso

(1º vice-presidente), José Carlos Gomes de Carvalho (2º vice-presidente), Maria C. de Andrade Vieira (3ª vice-presidente), Carlos A. de Sotti Lopes (diretor administrativo), Leo Campelo Fontan (vice-diretor administrativo), Clarindo Pegoraro (diretor tesoureiro), Leonardo Siedel (vice-diretor tesoureiro), Marcos Axelrud (diretor de patrimônio), Elisadéia Boesel (diretor social) e Adalberto Scherer Filho (diretor de promoções).

Do Conselho Científico participam os doutores Júlio Coelho, Marcos Aurélio Lacerda, Julio César Wiederkehr e Antonio Carlos Campos.

No Conselho Consultivo estão Giocundo V. Artigas, Ricardo Pasquini, Henrique Lerner, Fany Aisengardt, Marcos Kleiner, Nely Almeida, Eliane Petraglia, Martha Schulman, Anice Messmar, Ana Maria de Freitas e Dino Almeida.

Integram o Conselho Fiscal: Cecílio do Rego Almeida, Joel Malucelli, Sidney Axelrud, Segismundo Morgens-tern, Luiz Alceu Ferreira, Iara D'Albuquerque Maron e Florlinda Andraus.

A Associação tem como finalidade promover a capacitação de recursos humanos, reciclagem de profissionais e, principalmente, informação dos familiares que ainda relutam sobre a doação de órgãos de pessoas próximas que vêm a falecer.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo a todos os empossados, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de realizações.

REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata

deste Poder Legislativo, votos de congratulações ao Doutor André Zacharow, pela posse no cargo de Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado do Paraná - IPE.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Formado em Economia e Direito, com vários cursos de especialização, o Doutor André Zacharow foi servidor de carreira do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, onde ocupou também cargos de diretoria. Ex-Auditor-Chefe e Superintendente de Compras da Itaipu Binacional, exerceu a Superintendência da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social.

Presidente da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, desde 1988, já respondeu por inúmeras diretorias do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Pelas fartas demonstrações de capacidade e dinamismo, foi convidado pelo Governador Jaime Lerner para assumir a Superintendência do IPE. Aceitou o desafio, empenhado em revigorar o Instituto, produzir novos estímulos, numa gestão compartilhada, aberta, moderna e eficiente.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo ao Doutor André Zacharow, formulando votos de uma gestão profícua, marcada por grandes realizações frente ao IPE.

REQUERIMENTO Nº 1222

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo votos de congratulações à Associação dos Carrinheiros

Curitiba, quarta, em 23.10.96

de Curitiba, pela eleição da sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Entidade que representa mais de mil catadores de papéis, cadastrados na Prefeitura Municipal, a Associação dos Carrinheiros acaba de eleger Deolindo Firmino dos Santos como seu novo presidente.

Ele terá como principal atribuição representar a categoria perante os compradores de lixo reciclável e defender os seus interesses junto à Fundação de Ação Social - FAS, que mantém o Programa "Carrinheiro Cidadão".

Participam também da diretoria: Eva O. da Silva (vice-presidente), Marcia M. A. de Oliveira (secretária), Jussara K. A. Fernandes (segunda secretária), José Adilson (tesoureiro), Mário B. Rigon (segundo tesoureiro).

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo a todos os diretores eleitos, formulando votos de uma profícua gestão frente à Associação dos Carrinheiros.

REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo, votos de congratulações ao padre Gustavo Henrique Pereira Filho, capelão do Palácio Iguaçu, da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Médico pediatra por 11 anos, desde muito cedo alimentou o ideal de ser sacerdote e surpreendeu muita gente ao abandonar a medicina para abraçar a missão religiosa.

Ordenado padre em 1953, foi professor da Universidade Católica do Paraná, sobre aspectos morais no exercício da Medicina e do Direito. Desde a aposentadoria vem se dedicando à capelania do Palácio Iguaçu, da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça do Paraná.

Recentemente, ao comemorar 86 anos de vida, lembrou os 23 anos que se encontra em Curitiba e, para explicar a constante alegria, afirmou: "nasci no Dia da Criança e de Nossa Senhora Aparecida. Na época, faziam muita festa para anunciar o feriado. Sou assim porque nasci na hora do foguetório".

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo ao padre Gustavo, como expressão do nosso agradecimento pelos seus relevantes serviços no ofício religioso e com votos de uma vida com alegria e muita saúde.

REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, no sentido de solicitar a revisão da questão das aposentadorias do trabalhador rural, no que tange à obrigatoriedade da apresentação de documentos comprobatórios de tempo de serviço, levando em consideração a desinformação e desorganização, por culpa do próprio Estado, causa maior da inexistência dos mesmos e que, se forem mantidas as exigências de forma radicalizada, acabarão por sacrificar os já injustiçados bóias-frias, em sua absoluta maioria, sem as condições mínimas de vida decente, mesmo que se considere decente a sobrevivência de quem mal

consegue matar a fome de si e de seus filhos.

Requer ainda, Senhor Presidente, seja enviada, como sugestão, a formação de Comissões Municipais para análise dos pedidos de aposentadoria por idade de trabalhadores rurais, composta por membros da Previdência, do Sindicato Patronal, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Ministério Público, de forma a possibilitar, com base no Art. 202 da Constituição Federal, a aposentadoria a quem de direito, entendendo como documento competente o parecer da Comissão.

Desta forma, o Estado estará evitando alegações não verdadeiras, por parte do solicitante, sem deixar de reconhecer o sagrado direito daqueles que dedicam suas vidas ao trabalho mais árduo, do qual se beneficiam todos os cidadãos brasileiros, inclusive os que fazem parte dos mais altos escalões do governo.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Num país onde a organização ainda é um sonho e onde impera a absurda "Lei de Gerson", é óbvio que os bóias-frias, no decorrer de suas vidas não receberam as informações necessárias quanto a importância de se exigir dos empregadores a documentação para fins de comprovação de tempo de serviço ou para fins previdenciários.

Esses pobres coitados, quando muito, conseguem, heroicamente sobreviver, a despeito dos poucos salários, da falta de atendimento à saúde, à escassez educacional, à difícil, confusa e, muitas vezes, aliciante assistência social.

O transporte digno e seguro, pouco evoluiu. Lamentavelmente, constata-se que o transporte de animais é feito com maior dignidade que o de bóias-frias. Aliás, o que se tem visto é que, quando o caminhão já não serve mais

para transportar objetos, alimentos ou animais, é usado para transportar bóias-frias, dentre os quais figuram mulheres, velhos e crianças. Não serve para carregar boi, mas serve para carregar gente e, para piorar, juntamente com suas ferramentas cortantes e perfurantes, como enxadas, foices e facões.

São freqüentes os acidentes de caminhões de bóias-frias, quase sempre com muitas mortes e feridos. Aos que sobrevivem a mais essa contingência, a esperança... esperança de, quem sabe? - um dia não mais ir dormir com fome!!! "Quousque tandem"?

Diante desse quadro, Senhor Presidente, não podemos ficar calados e coniventes, aceitando as argumentações de que a Previdência não suporta pagar as aposentadorias injustas ou concedidas com falta de documentos comprobatórios.

Ora!!! Não são as aposentadorias dos bóias-frias que quebram a Previdência, Senhor Presidente!!! Todos os brasileiros, mesmo os de mediana cultura sabem quais são as aposentadorias que quebram a Previdência...

Fora a hipocrisia!!! Tenhamos o mínimo de decência e de racionalidade (!!!) para podermos continuar ostentando o direito de sermos chamados de "seres humanos".

Anexo ao presente, Senhor Presidente, uma cópia do ofício nº 2.097-95/95/GAB da augusta Câmara Municipal de Campo Mourão, dirigido a este Deputado e que motivou o presente requerimento, em coro ao apelo do seu ilustre Presidente e dos demais dignos vereadores subscritores do protocolado naquela "Damus Legis" nº 202/96.

REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto

Curitiba, quarta, em 23.10.96

Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Parque São Jorge, no Município de Almirante Tamandaré, nas proximidades da Rua São Jorge. Muitos marginais circulam pelo local, deixando toda a comunidade apreensiva. A presença de policiais inibirá a ação desses marginais e proporcionará maior segurança às pessoas.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus Alimentador Penha - Rio Verde, no Município de Colombo, os quais solicitam que o mesmo faça o trajeto de 30 (trinta) minutos, pois atualmente é de 40 (quarenta) minutos, ficando muito tempo parado no terminal. Com o atendimento desse pedido, atenderia muito melhor a população e evitaria uma série de transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores das Ruas Violeta e Dális, localizadas no Jardim Boa Vista I, que solicitam que o caminhão de lixo que

passa no bairro recolha o lixo das casas. Há muito lixo acumulado, causando uma série de transtornos a toda a população, principalmente no que se refere à saúde das pessoas.

Sala das Sessões, em 23.10.96..

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Aparecida Calegarine Barreto, proximidades do antigo ponto final do ônibus Vila Esperança - Atuba. Neste local o tráfico de drogas é livre, deixando todos os moradores apreensivos. É necessário a presença constante de policiais no local, a fim de inibir a ação dos traficantes.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Geral do DER, Luiz Alberto Kuster, solicitando a recuperação da estrada que liga Cândido de Abreu - Reserva - Rodovia do Café, visto que a mesma encontra-se bastante danificada.

O trecho acima citado vem recebendo grande quantidade de tráfego pesado, ocorrendo assim a formação de buracos desnivelando a pista nos dois sentidos, vindo a ocasionar acidentes. Além de causar prejuízos de grande monta, fazem vítimas também.

Requer urgência na realização do pedido acima efetuado para que os

transtornos relativos a acidentes naquela região venham a diminuir.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Exmos. Srs. Secretários de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e da Fazenda, consubstanciado em solicitação para que viabilizem a liberação de recursos necessários para atender as frentes de trabalho formadas, destinadas a preencher com oportunidades de trabalho, emergencial e sazonal, os períodos "vazios" de ocupação remunerada de trabalhadores rurais volantes e trabalhadores urbanos em situação de desemprego ou subemprego crônico, cujo programa é desenvolvido e coordenado pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho em parceria com Prefeituras Municipais.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) DULIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades são enormes nos municípios, trabalhadores sofrendo pela falta de oportunidade de trabalho para poder, no mínimo, colocar comida na mesa para seus filhos. É calamitosa a situação, para o que solicitamos que os recursos do Programa de Frentes de Trabalho seja liberado com certa urgência.

REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Coronel Luiz Antonio Borges Vieira, DD. Coordenador Estadual da Defesa Civil, solici-

tando urgência nas providências para atendimento dos municípios do Sudoeste, em estado de calamidade, especificamente os Municípios de Santo Antonio do Sudoeste, Planalto e Capanema, que já encaminharam relatórios das ocorrências.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento público, o Estado tem enfrentado nos últimos meses, fortes tempestades e a região sudoeste, especificamente os Municípios de Santo Antonio do Sudoeste, Planalto e Capanema, tiveram a situação agravada com o vendaval e chuva de granizo que ocorreu agora em outubro.

Os prejuízos desses municípios em consequência das enchentes, com destruição das lavouras, desabamento de pontes e bueiros, tornaram-se maiores, conforme relatórios já enviados à Defesa Civil, com destelhamento de casas e destruição de bens, principalmente no interior dos municípios, cuja população, na sua maioria, é composta de pequenos produtores rurais.

REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando providências no sentido de agilizar o repasse aos municípios dos valores referentes a convênios relativos ao ensino.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O requerimento ora formulado justifica-se, eis que, segundo consta, o último pagamento foi efetuado em julho próximo passado e, a considerar-se a

proximidade da extinção dos mandatos dos atuais Prefeitos, alguns municípios encontram-se até com indicativo de greve.

Urge, portanto, que sejam tomadas providências no sentido de que os pagamentos sejam regularizados antes do término do exercício municipal.

REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a apreensão causada em toda a população de Curitiba pelo crescente aumento da criminalidade nas últimas semanas, REQUER o envio de pedido de informações ao Comando do Policiamento da Capital, na pessoa do Cel. QOPM Honório Olavo Bortolini, solicitando as informações abaixo:

1) Quantas são as viaturas de que dispõe o policiamento da Capital para o serviço operacional?

2) Qual o efetivo operacional do CPC?

3) Qual o efetivo administrativo do CPC?

4) Qual o número de viaturas para o uso pessoal e administrativo?

5) Quantas viaturas foram baixadas, e os motivos?

6) Quantos oficiais e praças estão em férias, licença prêmio, cursos e outros?

7) Qual o número de pessoas detidas nesses últimos 90 dias e a natureza da ocorrência?

8) Qual o número de autuações ou multas aplicadas pelo policiamento de trânsito e qual o valor arrecadado com as mesmas?

9) Houve extinção da RONE e Patrulha Escolar? Se não houve, quantas viaturas fazem o serviço?

10) Quantas foram as "operações especiais", realizadas nos últimos 90 di-

as? Elas são acompanhadas por oficiais superiores?

Contando com o apoio dos nobres pares para o requerido, do aprovado, requer o envio de expediente para o seguinte endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1401 - Centro - Curitiba/PR - CEP 80.830-000, ao Cel. QOPM Honório Olavo Bortolini - DD. Comandante do Policiamento da Capital.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) RICARDO CHAB

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 470/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Darci Piana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.96

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
JUSTIFICATIVA:

Nascido em Carazinho - Rio Grande do Sul, em 24 de dezembro de 1941. Casado com Maria José Piana, em 28 de dezembro de 1968, pai de dois filhos, Eduardo Luiz Piana (in memorian) e Patrícia Piana.

Iniciou seus estudos em Machadinho - RS. Já no Estado do Paraná, Darci Piana estudou no Colégio Estadual Leonel França - Palmas, na Universidade Católica do Paraná, cursou Ciências Econômicas, na Universidade Federal do Paraná, cursou Ciências Contábeis.

- Curso de Relações Humanas na Faculdade Federal do Paraná / 1971.

- Curso de Marketing - Campinas / 1971.

- Curso de Comércio Exterior, na Faculdade de Comércio Exterior de Curitiba / 1974.

- Curso sobre Transporte no Brasil - Técnicos da Rede Ferroviária Federal e Universidade Federal do Paraná / 1973.

- Diplomado pela ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra / 1987.

Darci Piana atuou como líder estudantil na União Paranaense dos Estudantes Secundaristas de 1º e 2º Graus - UPES.

Darci Piana, destacou-se como dirigente de clubes esportivos amadores e profissionais do Paraná:

- Sócio Vitalício do Ferroviário Esporte Clube.

- Presidente do Conselho Deliberativo do Colorado Esporte Clube - 1988/89.

- Presidente do Conselho Deliberativo do Paraná Clube - 1990/91.

- Presidente do Paraná Clube (Campeão Brasileiro Intermediário 1992 e Campeão Paranaense 1993).

- Agraciado com a "Chuteira de Ouro" 1993.

- Eleito melhor Presidente de Clube Esportivo do ano de 1993.

- Considerado um dos melhores dirigentes de Clubes Esportivos do Paraná.

Na vida profissional, Darci Piana, há 25 anos atua como empresário no ramo de autopeças. De 1987 à 1988, foi Superintendente da Companhia de Financiamento da Produção - CONAB.

- Em 1988, recebeu o prêmio Empresário do Ano da Associação Comercial do Paraná.

- Em 1993, recebeu da Câmara Municipal de Curitiba, Título de Cidadão Honorário de Curitiba.

- Em 1994, recebeu da Câmara Municipal de Curitiba, prêmio Cidade de Curitiba.

Atualmente, Darci Piana participa das seguintes organizações:

- Presidente do Sindicato de Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios - SINVEPEÇAS - Gestão triênio 1995/98.

- Vice-Presidente da Federação Paranaense de Futebol - Gestão 1996/2000.

- Proprietário da Dasa Peças e Motores Ltda.

- Sócio-proprietário da Acovendas Participações Ltda..

Darci Piana, iniciou sua vida esportiva em Curitiba como torcedor do extinto Clube Atlético Ferroviário. Embora tenha sido um dos fundadores do "Clube Duque de Caxias", entidade que congrega os moradores daquela progressista cidade do interior do Paraná.

Com a fusão e o surgimento do Colorado Esporte Clube, passou de torcedor a Conselheiro no ano de 1976.

Em 1979/80, tornou-se vice-Presidente de Patrimônio, nas gestões de Hipólito Arzua e Max Rosenmann. Neste período, o Clube transformou o antigo campo do Palestra Itália, em área social, com a construção de novas obras e um moderno parque aquático, para atendimento aos milhares de associados.

Após seu mandato como vice-Presidente de Patrimônio, continuou dando sua colaboração em diversos setores do Clube, chegando com méritos ao cargo de Presidente do Conselho Deliberativo, eleito por unanimidade no ano de 1989.

Nesta gestão, foram iniciados os entendimentos para a fusão com o Esporte Clube Pinheiros, cuja liderança juntamente com seus companheiros de Diretoria, culminou com o nascimento do Paraná Clube.

Já na primeira Diretoria do Paraná Clube, foi eleito para presidir o Conselho Deliberativo, deixando este cargo após dois anos de trabalho para assumir a ca-

deira presidencial do Conselho Diretor, lugar que ocupa até a presente data.

Como Presidente do Conselho Diretor, foi responsável pela escada de sucesso na área patrimonial com a restauração do patrimônio do Clube e a implantação de novas obras nas várias sub-sedes, pertencentes ao grande complexo do Paraná Clube. No setor esportivo, no ano de 1992, o Paraná Clube trouxe para o nosso Estado, o Título de Campeão Brasileiro de Futebol Profissional, conquistou os títulos de Campeão Paranaense nas categorias infantil, juvenil e Tri-Campeão de Júniores.

Mostrando que no esporte amador, o Paraná Clube é uma entidade que tem contado com o apoio do Presidente Darci Piana, as categorias juvenil, infantil e infanto-juvenil, também conquistaram títulos estaduais em 1992.

Em 1993, o Paraná Clube foi o Campeão Paranaense, levando-o a ser eleito o Presidente do ano e considerado um dos melhores dirigentes esportivos do Paraná.

Até hoje, continua envolvido com atividades esportivas, seja como torcedor ou como vice-Presidente da Federação Paranaense de Futebol, gestão 1996/2000.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Embora venha nesta tarde, na tribuna, para falar sobre uma questão que está preocupando todo o Paraná, que é a questão da extinção dos cursos profissionalizantes de 2º Grau, não poderia, Deputado Alborghetti, deixar de dizer a esta Casa, para que todos devêssemos estar de olhos muito abertos para o que está acontecendo ali no Campo dos Peladei-

ros, na BR-277, onde um grande aparato da Polícia Militar e da Guarda Municipal de Curitiba está prestes a fazer o despejo das famílias que ocuparam aquela área. E, pelo aparato, vai se fazer o despejo, que se está aguardando única e exclusivamente a ordem a ser dada pelo Secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira, com muita truculência.

Por isso, queria chamar a atenção desta Casa, para os Senhores Parlamentares, porque seguramente o clima que se cria sempre com uma família que ocupa uma área nos meios de comunicação, a opinião, ainda há pouco assistia no noticiário de televisão, uma repórter fazer um editorial sobre o dever de se manter o estado de direito, que o Estado tem, expulsando as famílias que ocuparam aquela área.

Deputado Rosinha, que momento difícil da nossa história, que vivemos, quando uma jovem, ainda recém-saída de uma faculdade, vai à televisão, Deputado Carlos Martins, e vomita, porque não há outro termo que se tem de utilizar, vomita uma série de conceitos, que seguramente não são aqueles que são vividos pelas famílias mais pobres e sofridas deste nosso País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me traz à tribuna, aqui nesta tarde, é um assunto que certamente pode ser muito melhor tratado pelo Deputado Péricles, que é Presidente da nossa Comissão de Educação, mas que não posso, face ao volume de reivindicações, de manifestações, que estou recebendo de todo o Paraná, até porque depois a história vai me cobrar de ser omissa e vir aqui, nesta tribuna, e mais uma vez fazer um alerta a todos os Senhores Deputados, que aqui nesta Casa representam municípios de todo o nosso Paraná, o alerta do desrespeito, da violência, que aí sim, quer se praticar contra os jovens, que estão hoje cursando o 1º Grau na Escola Pública, e que pretendem ingres-

sar num curso de 2º Grau, num Colégio Estadual, de uma escola estadual, e que tenha ensino profissionalizante.

Recebemos aqui, no Plenarinho, numa reunião ampliada da Comissão de Educação, a presença do Secretário de Educação Ramiro Wahrhaftig. E quando recebemos o Secretário com a sua equipe da área do 2º Grau e do Ensino Profissionalizante, Ensino Técnico, verificamos que o que o Governo quer, na verdade para o Paraná, na área de 2º Grau, é muito ruim. É ruim porque todos concordamos - e bem lembrou o Deputado Renato Adur na reunião, que quando o PROEN foi apresentado na Comissão de Educação, era um projeto preliminar, para que esta Casa aqui votasse a autorização para o contrato de empréstimo a ser feito com o BIRD, e este programa seguramente não estava explicitado, não foi dito à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, que o Governador do Estado extinguiria os cursos profissionalizantes que hoje existem. Não extinguiria o Técnico em Contabilidade, não extinguiria o Magistério, não extinguiria o Técnico em Edificações do Colégio Estadual do Paraná, não extinguiria os cursos na área da Saúde, de formação e capacitação profissional que temos em todo o nosso Paraná e que seguramente, Deputado Ironi, o desrespeito, a prepotência, a falta de visão e de conhecimento do Paraná, que a equipe da área da Secretaria de Educação do Estado tem é uma coisa que assusta, porque é impossível você verificar que 350 mil alunos, matriculados no 2º Grau da Escola Pública do Estado do Paraná, 59% estão matriculados, Deputado Valdir Rossoni, no ensino profissionalizante.

Ensino este que é claro, precisa ser melhorado, precisa ser aprimorado, mas que não é com a extinção, não é com a liquidação dos cursos profissionalizantes que você vai mudar esta realidade. E o Superintendente de 2º Grau da Secretaria

de Estado da Educação, tem a "cara de pau" de ir aos jornais e fazer argumentos que podem parecer até verdadeiros, dizendo: "olha, estamos formando 120 mil Técnicos em Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade só tem 14 mil inscritos".

É claro, obviamente, os profissionais que são formados, que são capacitados, vão exercer funções na área bancária, no setor de comércio, de serviços. Obviamente que os cursos devem e podem ser aprimorados, mas não é a pretexto de se reduzir custo, de se enxugar a folha de pagamento dos professores, da expansão necessária que tem que ser feita nos cursos de 2º grau, da oferta que tem que ser dada de vagas nas Escolas Públicas do Paraná, que se pretenda criar um inovador, é verdade, método de profissionalização, de segmentação do Ensino Técnico, que é criar o Pós-Médio.

Ora, a nova LDB que está sendo discutida no Congresso Nacional e que não foi aprovada, ela vagamente coloca a questão do Pós-Médio. Hoje, a atual LDB exige que o ensino de 2º Grau seja sim profissionalizante. Não há como, Deputado Luiz Carlos Martins, não há como se rasgar as regras, o regulamento constitucional, que manda assim, que a Secretaria de Estado da Educação ofereça o curso profissionalizante de 2º grau nos métodos que estão sendo hoje aplicados. Não é possível que assistamos o desmonte, o desrespeito, a falta de democracia do ponto de vista do debate.

Ouvi, Deputado Rossoni, o Secretário ir à televisão e fazer um discurso diferente do que havia feito aqui na Comissão de Educação desta Casa. Ele se enrolou, disse que havia consultado a sociedade organizada. Apertado, questionado, acabou confessando, trouxe aqui para uma reunião os Presidentes dos tais Conselhos de Desenvolvimento Regionais que o Estado diz que criou. Não sei, nunca fui convidado para uma reunião

dessas, nunca participei, e não conheço ninguém que tenha participado. Conversei com os professores da Rede Pública, não conhecem ninguém que tenha participado e diz que discutiu. Hoje, no Paraná inteiro, se mobiliza a sociedade.

Mas, o mais cruel disso tudo é a conceituação, porque não é possível, a pretexto do famoso mercado. Que mercado é esse? Porque o mercado quer formar técnicos específicos numa área, é que você vai adaptar toda uma estrutura educacional pública para atender especialmente àquele segmento, você tem que formar profissionais que possam ser absorvidos pelo mercado de trabalho sim, mas que possam ter a opção com o próprio curso que estão fazendo. O curso de Eletrotécnica tem que ser suficientemente amplo, para possibilitar que o aluno possa aplicar os seus conhecimentos tanto na indústria metalúrgica, como no setor de serviços.

Então, temos que ter claro o seguinte: não é possível que esta Casa assista impassível a extinção dos cursos profissionalizantes de 2º Grau. É necessário, sim, que se faça alguma coisa, urgentemente, para se reverter essa situação, e fazer com que a própria proposição que foi assinada por todos os membros do Conselho Estadual de Educação, com exceção de um que se absteve, por uma questão ética até, mas que se absteve. Mas todos os membros, através daquele órgão que pela legislação em vigor, pelo ordenamento jurídico do Estado do Paraná, pela lei que regulamenta o funcionamento do Ensino Básico no Estado, o Conselho Estadual da Educação tem sim, que aprovar.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Romanelli, acredito que esta questão, dessa reformulação dos cursos profissionalizantes do Estado do Paraná, tem diversos ângulos para serem vistos. Não tenho dúvida, pelos conhecimentos

que tenho dos cursos técnicos profissionalizantes que conheço no Paraná, que algo tem que ser feito para melhorar. Porque estamos formando profissionais que não têm qualificação para exercer a sua profissão a nível de trabalho. Disso não tenho dúvida. São raras as exceções no Estado de que os cursos profissionalizantes correspondem às necessidades, para que o profissional, para que o cidadão na hora que se formar, possa sair do banco da escola para o trabalho, dentro de uma empresa ou qualquer lugar que se faça necessário. Disso não tenho dúvida.

Outra questão: temos conhecimento, e Vossa Excelência tem conhecimento de que muitos cursos profissionalizantes que foram criados no Estado do Paraná, não foram reconhecidos, porque apenas foram criados e colocados em funcionamento, sem as mínimas condições de funcionarem. Porque quando você cria um curso técnico profissionalizante, o mínimo que precisa é que tenha os equipamentos necessários dentro da sua especificação. Poderia citar inúmeros cursos técnicos profissionalizantes, que foram criados e que não têm as mínimas condições para que isso dê condições para formar um cidadão dentro da sua técnica ou dentro do setor que está sendo exigido.

Agora, Deputado Romanelli, não tenho também dentro de mim, e já fiz, depois que Vossa Excelência levantou esta questão aqui nesta Casa, e foi muito importante, tive a preocupação de conversar com os chefes de núcleo de alguns locais, de algumas regiões, ao qual exerceo a minha atividade política, e sentei com diversos chefes de núcleos, com o chefe do núcleo de União da Vitória, de Irati, de Pato Branco, enfim, para discutir toda essa questão, para que eu tivesse subsídio para discutir esta questão com Vossa Excelência, ou qualquer outro Deputado que levantasse esta questão.

Digo ao Senhor, tive o depoimento de alguns chefes de núcleos e eles concordam com muitos pontos da criação do Pós-Médio. O que não estamos concordando, e é isso que temos que discutir, a melhora dos cursos profissionalizantes é evidente que tem que haver, os investimentos que serão feitos nos cursos profissionalizantes é claro que são necessários, temos conhecimento que estamos formando Técnicos em Contabilidade, quando precisamos de Técnicos Agrícolas. Estamos formando profissionais fora da realidade da economia do Estado do Paraná.

Agora, o que não tenho uma posição ainda clara, apesar de discordar em muito do que Vossa Excelência está falando, não tenho clareza na minha análise de como será criado o curso Pós-Médio. O Pós-Médio, segundo a concepção da Secretaria de Educação, serão criados em pólos. Agora, aí que faço a pergunta: quantos pólos serão criados para atender as necessidades do interior do Estado do Paraná? Cinco pólos? Dez pólos? Vinte pólos? No meu entender, é aí que está a grande dúvida. É aí que tem que ser esclarecido e discutido com o Secretário da Educação, porque nem tudo o que o BID exige, é bom para a realidade do Paraná. E é neste nível que gostaria de travar esta discussão, este debate, para que pudéssemos dar a contribuição para os técnicos que estão querendo executar este programa, para que esta Casa pudesse dar a sua contribuição dentro da realidade do Paraná.

Não tenho nenhuma dúvida de que temos que investir nos cursos de 2º Grau, que temos que melhorar as pessoas que estão sendo formadas em cursos técnicos. Mas é aí que temos que chegar a um ponto comum, e que atenda a sociedade do Paraná. É onde vamos criar os Pós-Médios, e quantos cursos Pós-Médios teremos que criar no interior do Estado para atender todas as regiões? Porque o

que não podemos aceitar, e é aí que concordo com Vossa Excelência, é que um cidadão que mora em São João do Triunfo tenha que ir à Ponta Grossa ou vir a Curitiba para fazer o curso Pós-Médio. O cidadão sim poderá fazer o Pós-Médio de São João do Triunfo, ir a São Mateus do Sul.

É esta a questão da discussão, para que estes recursos sejam investidos de uma forma para atender a população do interior. É aí que temos que dar a nossa contribuição e mostrar aos técnicos que, para atender a todo o Estado do Paraná, não podemos nos fixar em grandes pólos. Temos que transformar o curso Pós-Médio em pequenos pólos. Como é o exemplo que citei: a Cidade de São Mateus do Sul, que poderia ter um curso técnico profissionalizante dentro da área específica, que atendesse Antonio Olinto, São João do Triunfo, os municípios vizinhos. Mas, se as distâncias forem muito grandes, não daremos oportunidades àquele cidadão que queria cursar o curso Pós-Médio, e ter esta formação para exercer a sua profissão.

É dentro desta diretriz que gostaria de discutir esta questão, e acho que nós Deputados poderíamos marcar, dentro da Comissão de Educação, para que pudéssemos tirar uma posição da Comissão de Educação e dos Deputados que tenham interesse de discutir esta questão, para dar a nossa contribuição, não só no sentido crítico, mas também no sentido construtivo.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI -
Gostaria de agradecer o Deputado Rossoni, e dizer que não temos divergência nenhuma sobre o Pós-Médio.

Quero conceder um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo

por trazer esta discussão, que já aconteceu há poucos dias nesta Casa com o Secretário de Educação, com relação a esta proposta da reformulação do ensino. Faz jus a sua preocupação do ensino no país.

Houve uma época que o País fez um acordo, o famoso MEC-USAID de 1969, o que na verdade distorceu o sistema educacional do País até os dias de hoje. É verdade que precisamos de uma reformulação, principalmente na área do Ensino Profissionalizante. Até porque, as preocupações até hoje se basearam no Ensino Fundamental e no Ensino Superior. Praticamente, o Ensino Médio Profissionalizante ficou um pouco à parte da discussão do ensino no Brasil.

Agora, não podemos permitir, acho que temos uma obrigação com relação a isso. E que uma proposta com relação a reformulação de ensino, não seja amplamente discutida no seio da sociedade paranaense. É impossível imaginarmos que apenas a extinção, que é uma máxima do Serviço Público, de que tudo aquilo que não vai bem é preciso extinguir.

É preciso que tenhamos a consciência de que isso não é verdade. Precisamos discutir com profundidade quais são as áreas que precisam na verdade de um novo direcionamento, nos cursos profissionalizantes. Quais são os cursos que temos que fazer uma adaptação. E as propostas alternativas que sejam discutidas amplamente, para que a nossa juventude, já tanto prejudicada na formação profissional, não saia mais uma vez perdendo, por apenas uma proposta que não vem de encontro com os interesses da nossa sociedade. A lei de mercado existe. Precisa o setor educacional, evidentemente, tomar cuidado com relação com aquilo que exige o mercado. Mas o que precisa mesmo, é sabermos aonde se insere o nosso jovem profissional, no setor de mudança na nossa sociedade e naquilo que ele precisa contribuir. Como uma

pessoa que inserida no seio da sociedade, possa retornar àquilo que aprendeu nos bancos escolares.

Acho que temos o dever, a obrigação, é fundamental que tenhamos essa discussão presente aqui na Assembléia Legislativa. Gostaria de parabenizar Vossa Excelência, acho que temos que discutir muito profundamente a proposta da formação do ensino profissionalizante aqui no Paraná.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI -

Só queria registrar com o Deputado Augustinho Zucchi, é o exemplo, hoje Engenheiro Agrônomo, foi e é Técnico Agrícola, que foi formado por uma boa escola de Ensino Médio do Estado do Paraná.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agra-

deço ao Deputado Romanelli o aparte que me concede e gostaria de cumprimentá-lo pelo assunto que hoje aborda nesta Casa de Leis, visto que realmente, Vossa Excelência tem demonstrado uma preocupação muito grande, já no seu pedido de convocação do Secretário da Educação nesta Casa. Já tinha como objetivo esta preocupação.

Ouvi atentamente o aparte que Vossa Excelência concedeu ao Líder do PDT, Deputado Rossoni, que com muita ênfase, falou do contato que teve com os Chefes dos Núcleos de União da Vitória e de Pato Branco. Perguntaria ao Deputado Líder do PDT, se essas pessoas ocupam cargo de confiança do Governo do Estado, ou se são independentes, livres, democraticamente eleitos para os cargos que ocupam? Porque se realmente ocuparem o cargo de confiança do Governo, a resposta só será esta: bajular o Secretário da Educação e não interpretar os anseios da comunidade, inclusive a que representa.

O outro aspecto, Deputado Romanelli, diz respeito, precisamente, a municípios que surgiram no Paraná, principalmente nesses últimos dois anos, que é o caso da Fazenda Rio Grande, aonde um folheto publicado pela Prefeitura de Curitiba para municípios da Região Metropolitana, e a Fazenda Rio Grande aparece como o município que mais cresceu, disparadamente perto dos demais. E pedíamos já no início do Governo do Senhor Jaime Lerner, que fosse contemplada a Fazenda Rio Grande com alguns cursos, visto que ali é gente pobre, que ali está e que não tem como, inclusive, pagar passagem para vir a Curitiba. Pedimos alguns cursos profissionalizantes do 2º Grau, e até hoje, Deputado Romanelli, não recebemos respostas. Talvez estivesse estudando a eliminação desses cursos de 2º Grau. Talvez agora eu receba a resposta, sendo que "zero mata zero, vamos partir para o infinito".

E que não haverá proposta nenhuma para contemplar os nossos habitantes.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Gostaria de dizer ao Deputado Geraldo Cartário que o debate sobre a questão, e que é uma questão polêmica, lamento muito Deputado, levar para este lado, coloço-me à disposição de Vossa Excelência para discutir, no momento que Vossa Excelência quiser. Mas estamos discutindo aqui, e não vem o caso de bajulação, e pode ter certeza que na Fazenda Rio Grande, se conseguirmos, e tenho certeza que conseguiremos implantar esse programa que vai revolucionar os cursos técnicos profissionalizantes no Estado do Paraná, o Governador Jaime Lerner vai atender o seu município de Fazenda Rio Grande. Agora, não podemos levar por esse lado, num momento tão importante de uma discus-

são tão importante para o destino da educação no Estado do Paraná.

Lamento que o Deputado Cartário tenha levado para esse lado, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Com aparte a Deputada Irondi Pugliesi.

A Sra. Irondi Pugliesi - Deputado Romanelli, como professora, como Parlamentar e como mãe que sou, sempre tive uma grande preocupação que no Brasil não tivéssemos cursos profissionalizantes, e tem na história da minha cidade, por exemplo, da Escola Unidade Pólo, que foi criada há tantos anos atrás e que fugiu aos princípios do ensino profissionalizante. E fico muito preocupada quando o Governo coloca, do jeito que está colocando e desta forma, sem uma ampla consulta à comunidade, a mudança do que existe hoje.

Se fosse para criarmos mais cursos profissionalizantes, mas que pudéssemos ter a certeza de que eles realmente formariam cidadãos que saíam da escola para o trabalho, ficaríamos bastante satisfeitos. Mas, no Brasil, temos uma deficiência muito grande. E fiquei surpresa de ver a forma como isso aconteceu, porque acho que deveríamos participar mais dessas discussões.

Visitei vários países do mundo, onde o ensino profissionalizante é tão importante quanto um curso de 3º grau. As pessoas que freqüentam esses cursos já saem diretamente para o mercado de trabalho, prontas para o trabalho, qualificadas tecnicamente para o trabalho. No Brasil isso não existe, e ainda o pouco que existe, não sei como vai ficar!

Então, acho que deveremos discutir. O Deputado Augustinho Zucchi colocou muito bem a questão e me solidarizo com ele. Também acho que devemos questionar, e muito, porque não se faz

dessa forma como está sendo feito. Colocar sem a discussão da sociedade e sem que possamos participar mais, ouvir mais, e o povo todo dar sua opinião a respeito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI -

Só queria deixar claro algumas questões.

Quando vim pela primeira vez à tribuna para falar sobre este assunto, que aliás, soube que o Deputado José Maria Ferreira havia tentado em setembro levantar essa questão, vim no sentido de desvestir, aqui, da situação de opositorista em relação ao Governo Estadual, à gestão do Governador Jaime Lerner. Vim, na verdade, muito preocupado com o que estou vendo.

A vinda do Secretário a esta Casa, ao invés de explicar, complicou. O Secretário, na verdade, fala uma coisa aqui na Comissão, fala outra na televisão, e escreve uma outra. Tive acesso, graças ao Deputado Algaci Túlio, ao programa escrito. E as contradições entre o que o Secretário fala - ele, na verdade, pareceu que está comendo pela mão dos outros. Ele não sabe exatamente o que é PROEM. E se o Governo quer implantar esse programa, que não está ainda com recursos definidos - nem no Orçamento Estadual, muito menos nos recursos do Banco Mundial - porque a operação não passou ainda, ainda está na Procuradoria Geral da República, não passou nem pelo Senado, nem pela Comissão de Assuntos Econômicos ainda. Não tramitou ainda no Senado da República, e o Secretário, pura e simplesmente, já mandou, determinou verbalmente que não se faça mais o registro de matrículas para o ano de 97.

Então, esta Casa aqui, seguramente, com a maior serenidade, deve sim debater esta questão, e encaminhar, Deputado Péricles, urgentemente uma moção, ou sabe-se lá que ato que possa até produzir efeitos jurídicos ou políticos, para

que se suspenda a extinção dos cursos profissionalizantes com a não feitura das matrículas que hoje é determinada que não se faça matrícula por parte dos Núcleos da Secretaria da Educação.

Por isso que esta Casa deve sim se manifestar. Vejo aqui que há uma grande preocupação de todos os Parlamentares, das regiões todas do Paraná e de todos os partidos. Acho que é uma questão suprapartidária que está em jogo aqui, é todo um trabalho. Se é de se criar o PROEM e o Pós-Médio, Deputado Zuk, que é uma proposta muito interessante, dos centros, dos complexos educacionais, profissionalizantes, o faça, mas sem extinguir o que já existe. Não é com a economia boba da redução de número de professores ou da estruturação dos cursos é que vai se fazer, na verdade, essa mudança.

O Secretário veio aqui e disse que vai comprar 30 mil computadores com esse dinheiro. Fiz o cálculo direto. Se ele comprar direito, gasta 60 milhões de reais, só na compra, de uma verba de 222 milhões. Fico pensando, o que é que vai sobrar, na verdade, se for aí analisar outras questões, como Faxinal do Céu, da União América, enfim, das questões todas que envolvem essa área da educação hoje, que são altamente preocupantes.

Por isso é que, seguramente, Deputado Zuk, esta Casa deve sim se debruçar e encontrar uma solução para fazer voltar o ensino profissionalizante, da forma com que ele existe hoje no Estado do Paraná, porque os centros de excelência estão aí. O Instituto de Educação do Paraná é o que forma melhores professores no nosso Estado a nível de 2º grau. É centro de excelência.

O Paraná tem grandes referências, e que não podem ser desconsideradas, como até o Deputado Algaci Túlio, para concluir, lembrava outro dia, da luta que ele teve para que o Instituto Politécnico do Paraná não fosse incorporado ao

CEFET. E agora, vimos que tudo isso, o Instituto Politécnico do Paraná não vai mais fazer curso técnico, só vai fazer educação geral, e isto, rigorosamente, é um absurdo, Deputado Rosinha, que é impossível que possamos concordar e passivamente aceitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra, o ilustre Deputado Péricles Mello.

Anunciando antes a presença em nosso meio, do ilustre Secretário do Trabalho, ex-Deputado Joni Varisco, que sempre é bem vindo ao convívio dos Senhores Parlamentares. Esteja à vontade. A Casa é sua.

Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Secretário Joni Varisco, é um prazer recebê-lo aqui hoje.

Deputado Romanelli, quero cumprimentá-lo pela discussão, que o Senhor traz à luz, desde a semana passada, na verdade, estamos preocupados com o Senhor, com essa tomada de posição do Governo, da forma como vem sendo feita.

Já estudamos o PROEM desde o primeiro semestre. O próprio Governo não sabe exatamente como é que vai ser feita essa transformação no ensino médio. Os primeiros documentos do Governo falam em centros regionais profissionalizantes, enumeram esses centros, em número de sete, para o setor secundário, para o setor primário e terciário, e fala inicialmente em centros regionais de formação de professores. Esses são os primeiros documentos do PROEM. Dizem, inclusive, esses documentos, que no que diz respeito à formação do professor, continuaria existindo a Escola Normal, com duração de quatro anos, e haveria

também a possibilidade, para aqueles alunos ingressos na educação geral de fazer um curso de complementação no Centro de Formação de Professor, de um ano e meio. Isso já mudou completamente.

Neste documento a Secretaria de Educação coloca que seria garantido a todos os alunos, uma distância não superior a 60 km do local onde mora, até o Centro Regional. Apontando claramente na direção de que apenas pólos regionais contariam com esses centros, e os estudantes de cidades menores teriam que se deslocar num raio de até 60 km para poder fazer o curso profissionalizante.

Esses são os primeiros documentos do PROEM, que analisamos já no período anterior.

Vem agora o Senhor Secretário e nos diz que não, que está tudo em aberto, que qualquer lugar, qualquer cidade que disponha de um curso profissionalizante pode também ter o Pós-Médio, conforme a vontade do Governo.

Então, é na verdade uma coisa no escuro, o Governo não sabe o que vai fazer, a Secretaria da Educação não tem domínio completo sobre quais os municípios onde serão implantados os cursos de Pós-Médio, não sabe isso. E na verdade, toma atitude apressada, impedindo a realização de matrículas nos cursos profissionalizantes e abrindo tão somente a matrícula para os cursos de educação geral.

Vamos tomar um exemplo: em Ponta Grossa, temos o Instituto de Educação, que tem uma larga experiência na formação do Magistério. A partir do ano que vem, o Instituto de Educação só fornecerá matrículas para Educação Geral, e ficará no aguardo da tomada do Governo sobre o curso Pós-Médio, se vai ser implantado ali, de que forma, qual vai ser o currículo, quando vai ser implantado, com que recursos será implantado.

Curitiba, quarta, em 23.10.96

O próprio Governo falou, o próprio Secretário falou, e seus assessores que, a grande parte dos recursos do empréstimo internacional de duzentos e vinte milhões de reais, será utilizado para a informatização e a adequação da educação geral. Não se sabe de onde vai vir o recurso para a implantação do Pós-Médio.

O Governo fala também no PARANATEC, uma entidade que seria responsável pelo currículo do ensino Pós-Médio, juntamente com o SENAC, o SENAI, o SEBRAE, mas não vai mais longe do que isso. Ou seja, não temos certeza de onde vem recurso para instalar o Pós-Médio, quais vão ser as entidades que vão elaborar o currículo desses cursos. Não sabemos de nada. Sabemos tão somente que a partir do ano que vem só existe matrículas na escola pública para a educação geral. Acho que esse é o problema mais grave.

O que a Comissão de Educação pretende fazer é na quarta-feira, trazer a esta Casa, nas salas das Comissões, convidando a todos os Deputados, os membros do Conselho Estadual de Educação, os membros da APP Sindicato, das Organizações de Estudantes de todo o Paraná, abrir também ao Fórum Paranaense da Escola Pública, para que possamos fazer uma discussão para sabermos que caminho vamos seguir.

Não é possível que nesta Assembleia não possamos tomar atitude nenhuma. Nem ao menos foi consultada a Assembleia Legislativa. Só fomos consultados para darmos o nosso aval ao empréstimo internacional. Tão somente isso, onde tinha o anteprojeto, e todos os Deputados apoiaram o Governo nesse sentido, permitindo que esse empréstimo fosse realizado, mas não temos mais nada a partir daí.

Acho que tamanha importância a Assembleia devia ser consultada formal-

mente, através de um projeto de lei, e não da forma como está acontecendo.

O próprio Conselho de Educação, não adianta ouvir o Conselho informalmente. Acharmos que uma matéria de tamanha importância, o Conselho deve ser ouvido formalmente, deve ser chamado a dar um parecer, a discutir com profundidade e participar da elaboração desse novo programa para o ensino Pós-Médio.

Mais grave ainda, é o fato de que existe uma legislação do ensino profissionalizante, que está sendo votado no Congresso Nacional, não foi votado ainda, que vai estabelecer diretrizes junto com a LDB, para o ensino de 2º Grau, e o Governo do Paraná se adianta sem ao menos saber que caminho vai seguir essa legislação, e estabelece o fim das matrículas e a abertura tão somente para os cursos de educação geral.

Essas são as preocupações que vêm completar as do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Irineu Colombo - Só quero cumprimentar, dizendo o seguinte: que o ensino profissionalizante, quando se propõe a ser profissionalizante, além da adaptação curricular, tem a adaptação de laboratórios, da arquitetura da escola, isso não é brincadeira. A brincadeira que foi feita com a instituição de ensino profissionalizante para tudo.

Lá em Medianeira, por exemplo, em todo o Paraná tinha ensino de agropecuária, que só tinha aula à noite, que facilitava o aluno distinguir um pé de feijão de um pé de milho.

Então, não é brincadeira. E do jeito que está sendo conduzido, o problema maior é a forma como estão conduzindo, temos que rediscutir o ensino profissionalizante com total acordo, rediscutir sim. Mas aí, inclusive, sim, os Deputados terão que participar desse processo, porque somos responsáveis.

O que está acontecendo hoje? Sou professor, sou Deputado representante da comunidade paranaense e não estava sabendo absolutamente nada, a não ser que os colegas e nós mesmos provocássemos uma situação de discussão. Isso é um absurdo. No ano que vem se extinguem os cursos que estão aí, são cursos tradicionais, por exemplo, o curso de Magistério não vai acabar jamais. Quem disse que tem que acabar o curso tradicional agora, não quer dizer que todos os cursos tradicionais têm que continuar, porque como diz o ditado: se não ensinar o ferreiro a mexer com a ferradura, teríamos que ensiná-lo, ainda hoje, no ensino médio. E não é verdade.

O processo tem que ser instalado de outra forma, discutir com a comunidade, porque senão eles estão fazendo brincadeira de ensino profissionalizante mais uma vez, porque o custo é muito alto, a sociedade não sabe se vai ter um curso naquilo que se espera, à altura. Há também que se remodelar todo o ensino médio de educação geral, a adaptação a esta nova realidade. Tem alunos com a perspectiva de ter o magistério e em seguida, tem demanda sim, vai ficar sem o curso, portanto, sem opção, e só fazer um curso médio de educação geral, que não adianta em nada para aquele trabalhador, que não pensa em fazer uma universidade.

É uma coisa complicada. A forma ditatorial como está sendo imposto este projeto é que nos preocupa sobremaneira. Os projetos são pensados por duas ou três pessoas, pode "dar com os burros n'água" se não for suficientemente debatido. O custo é vultuoso, o dinheiro pode vazar entre as mãos como sorvete, e aí quem serão responsabilizados? Inclusive nós, Deputados Estaduais, porque tomamos o pé da situação e não ajudamos a implementação e a fiscalização do custo deste investimento.

O curso médio profissionalizante tem que realmente ser discutido. Não podemos imaginar que hoje, no Paraná, até os cursos superiores, tenhamos a formação por ano de 700 turmas de Economia ou de Contabilidade, que não precisa. Precisamos de outros cursos profissionalizantes, que têm demanda. Eletrotécnica, Técnico em Urbanismo... As Prefeituras do Paraná não têm Técnico em Urbanismo, Técnico em Higiene Dentária não tem também. São cursos que poderíamos sugerir à sociedade antes da efetiva implementação do programa.

Então, mostrou uma faceta muito ruim da Secretaria, na medida em que propõe de cima para baixo a pensar e ditar as regras do ensino médio profissionalizante do Estado do Paraná.

O SR. PÉRICLES MELLO - Na verdade, está se acabando com a situação existente, sem saber o que vai acontecer. É um salto no escuro. A Assembléia Legislativa precisa se manifestar. Vamos tentar, de uma forma legal, impedir que as coisas aconteçam desta forma. Acho que o Governo tem que ter um projeto sustentado, um projeto globalizado que nos mostre: olha, vão existir tantos cursos em tais cidades, e tais modalidades. Não simplesmente extinguir todos os cursos.

Sabemos da problemática grave do ensino de 2º Grau, mas este problema é complexo. Como é que se vai resolver, isto exige estudo aprofundado e não simplesmente se extingue os cursos e depois vamos fazer, com o apoio da iniciativa privada. Temos muito medo da forma como está sendo implantado e precisamos, a Assembléia, se manifestar a este respeito. Talvez fazer uma legislação que obrigue o Governo a mandar para Esta Casa, para que formalmente nos manifestemos sobre este projeto, e também que ele passe necessariamente pelo Conselho Estadual de Educação.

Analisando a legislação existente, o artigo 74 da Lei 4.978/64 do sistema estadual de ensino, diz que é obrigatoriedade do Conselho Estadual se manifestar na análise de projetos que visem a expansão ou aperfeiçoamento do ensino. Isto não está sendo respeitado pelo Governo do Estado. Ele jamais consultou, do ponto de vista formal, o Conselho de Educação, e muito menos esta Casa de Leis, a não ser para empréstimo, que demos o aval do empréstimo internacional.

Então, isso vamos fazer na quarta-feira, tentar nos debruçar com nossos juristas, advogados, com os profissionais habilitados nesta área para saber uma alternativa que possamos oferecer ao Estado do Paraná nesse sentido.

Além de que, questões filosóficas profundas estão envolvidas. Um dos assessores do Secretário, até anotei o que ele falou no Plenarinho da Assembléia. Ele disse o seguinte: que é muito melhor - palavras que ele usou -, é muito menos desgastante um desempregado normal, do que um desempregado qualificado - dizia o assessor. Não podemos produzir desempregados qualificados. Se for desempregado sem qualificação, tudo bem. Agora, o desempregado qualificado é muito pior do que o desempregado sem qualificação. Isto, um dos assessores falou claramente, anotei o que ele falou no debate.

Então, temos muito medo. Já tem uma filosofia antiga, liberal, que diz: "aos pobres, vamos oferecer uma educação em doses homeopáticas, tão somente". Seguindo esta filosofia, o desempregado qualificado pode dar problemas. Então, aquele que está excluído do mercado, oferecemos uma educação de baixa qualidade, de baixo nível, como está acontecendo, em doses homeopáticas, e vamos fazer um processo de seleção social àqueles que vão ter acesso ao emprego, tão somente conforme as leis de mercado. Estes poderão, num processo pro-

fundo de seleção social, ter acesso ao ensino Pós-Médio e à Universidade, e a grande parte da população vai ter simplesmente um ensino de péssima qualidade. Tenho medo que a filosofia deste projeto... (ininteligível)... racional por parte dos governantes, mas que seja esta, no fundo.

O Sr. Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Pedi o aparte em função até do que foi dito agora do desempregado qualificado, ou não.

Dá para observar também, que na hora que remete o currículo para ser elaborado pelo SENAC ou SENAI, não é o currículo que vai ser elaborado. Podemos ter absoluta certeza que não vem no sentido da educação libertária e libertadora, da educação consciente, da formação consciente do aluno, mas sim, vem no sentido da formação para ter aquele profissional, única e exclusivamente, imposto pela indústria e pelo comércio que assim o deseja, ou seja, vamos ter o funcionário ou o trabalhador cabisbaixo, escravo de uma situação imposta previamente para ele na formação dele e não do trabalhador consciente e ciente das suas necessidades e dos seus direitos, principalmente para buscá-los.

Então, até a criação do currículo, indica neste sentido de criar não o sujeito da história, mas escravos para a história.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, só queria chamar a sua atenção e dos Deputados nesta Casa: aqui conosco nesta tarde, está o Deputado Federal Joni Varisco, hoje Secretário de Emprego e Relações de Trabalho, pois não sei se Vossa Excelência sabe, os demais colegas Deputados, o Deputado Joni Varisco desenvolve na

sua Secretaria um programa de capacitação do trabalhador, com recursos oriundos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Cerca de 16 milhões de reais este ano.

Inclusive fiz um pedido de informação nesta Casa, recebi todo o material, verifiquei, Deputado Péricles, da importância dos cursos de reciclagem e de capacitação profissional. Acho o seguinte, Deputado Péricles, se o Secretário Ramiro Wahrhaftig fosse conversar com o seu colega, Secretário de Emprego, ele certamente teria subsídios sobre a questão do ensino profissionalizante do Estado do Paraná. Acho que está faltando um pouco de integração, porque há, de fato, uma sobreposição, na verdade, já no que está acontecendo dentro do próprio Governo, na Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Muito obrigado, Deputado, e é importante a sua falação, porque vamos convidar o Secretário para vir um dia à Comissão de Educação expor seu plano, que acho que é uma discussão importante neste momento em que atitudes tão drásticas como esta são tomadas no Paraná.

Mas repetindo, Deputado Rossoni, por exemplo, em Palmeira, região sul do Paraná, existe o Colégio Agrícola. A partir do ano que vem, só vai funcionar o segundo ano do Colégio Agrícola, e ponto final. Não se sabe o que vai acontecer, até que o Governo decida instituir o Pós-Médio do setor primário e utilize as dependências dos professores do Colégio Agrícola de Palmeira, e não se sabe quando, nem como, nem de onde vêm os recursos, nem que tipo de currículo, nem quem vai fazer o currículo para este Colégio Agrícola do ensino Pós-Médio.

Então, são estas dúvidas que nos deixam preocupados e temos que tomar uma atitude, com a Assembléia Legislati-

va, e na quarta-feira, a reunião da Comissão de Educação tem este objetivo de vermos uma alternativa para este problema do ensino profissionalizante no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra, o ilustre Deputado Florisvaldo Fier. Dizendo que o Deputado Péricles Mello ocupou o Horário da Liderança do PT, por isso, ele teve condições de conceder os apartes que lhe foram feitos.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ainda como reflexo do processo eleitoral do Estado do Paraná, especificamente aqui na nossa Capital, observamos nesta semana a substituição do Presidente da URBS. Saiu o Presidente Carlos Eduardo Seneviva, e entra para presidir a URBS, o Senhor Antônio Carlos Araújo.

Caminhando nas dependências da Prefeitura, escutamos nos bastidores as razões desta troca. Fala-se, que os empresários do transporte coletivo colaboraram na campanha do Prefeito, então eleito, Cássio Taniguchi. E que essa colaboração significaria, num reajuste de passagens, logo em seguida, após as eleições e antes da posse do novo Prefeito. Fala-se nos bastidores, que o Senhor Carlos Eduardo Seneviva negou-se a dar esse aumento de tarifa, e que isso ficou por conta do próximo Presidente da URBS, que já assumiu.

Em entrevista à imprensa, em artigo à imprensa, o atual Presidente da URBS, Antônio Carlos Araújo, fala num reajuste de mais ou menos 18%, ou seja, passar de R\$ 0,55 para R\$ 0,65. E alega que a URBS não reajusta há quatorze meses, coincidentemente o mesmo tempo

que o Governo do Estado não reajusta o salário do servidor público do Estado do Paraná. Justifica ele, que entre outras razões, o reajuste deve ser dado, porque houve investimentos no setor de transporte. E cita dois investimentos: a canalização do transporte do bi-articulado e as estações tubo, que por coincidência não é cobrada da tarifa do transporte, e sai do Tesouro do Município, esse tipo de atividade, esse tipo de pagamento.

Senhores Deputados, qual foi a inflação em quatorze meses? No período, 15,47%, se considerarmos um INPC, que aliás não é o melhor índice para se discutir tarifa de transporte coletivo. Porque o INPC é sobre o consumo da classe média, sobre o consumo do trabalhador na alimentação. O melhor índice a ser usado deve ser IGPM, que foi de 12,25%. E pede o empresariado, e diz o Presidente da URBS, o Senhor Araújo, que ele vai dar um reajuste de 18%. O que significa um aumento real de 5,12% em cima da tarifa atual. Tem de se discutir em cima de que é dado isso. Ou será que é aquilo que dizem os bastidores da prefeitura, que é para pagar os compromissos de campanha, que seria essa a razão do aumento real. Será que pode ser isso? Tem que se estudar a planilha. O que é que está aumentando? É o telefone? É o salário? É material mecânico desses ônibus? Não, se sabe, porque a planilha está em segredo.

Outro problema, Senhores Deputados, que deve se chamar a atenção, é quando se arredonda a tarifa. Vamos supor que um cálculo dê que a tarifa deva ir para R\$ 0,64 e arredonda-se para R\$ 0,65. O que significaria isso? Um reajuste de 1,56%, que é espantoso, perto da inflação do mês de setembro, calculada no País pelo INPC, foi de 0,02%. Quer dizer, que num arredondamento de tarifa, pode-se estar cobrando mais que a inflação de três, quatro, cinco meses de antecipação.

Essa é uma discussão, que é obrigada a ser feita pela população, e é por isso que trago para este Plenário, porque aqui, ao aumentar essas tarifas, com a integração da Região Metropolitana, está envolvendo 25% da população usuária do transporte coletivo, que mora da Região Metropolitana. A devida integração está repercutindo no bolso - não só dos moradores e trabalhadores da Cidade de Curitiba, mas sim da Região Metropolitana de Curitiba.

Esta é a razão pela qual trago para cá. Não se deve fazer reajuste de planilha, como se fala e como se pensa, sem ter uma transparência, sem mostrar para a sociedade as razões desse reajuste e deixar claro que esse reajuste não significa acertos de campanhas ou propostas para acertos futuros, ou até como se diz, em bastidores políticos, como caixinhas para as futuras campanhas a Governador do Estado, porque 18% de reajuste de tarifas é um exagero se isso vier a ocorrer, e qualquer tipo de arredondamento já não será mais exagero, será roubo da classe trabalhadora e dos usuários do transporte coletivo da Cidade de Curitiba e Região Metropolitana, que usa o Sistema Integrado de Transporte.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo a palavra ao Líder do PTB, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI -

Há cinco anos atrás, numa tarde chuvosa, o céu acinzentado, saía da Penitenciária do Estado do Paraná, um jovem que havia cumprido uma pena por ter cometido um deslize na sua caminhada. Nesta caminhada, o deslize que Moacir cometeu, foi uma tentativa de homicídio. Foi preso, respondeu em liberdade, foi a julgamento e pagou pelo crime que cometeu: a tentativa, Deputado Romanelli, do homicídio. Cumpriu a pena e saiu naquela tarde chuvosa, acinzentada, que

cobria a grande Capital do Paraná. Voltou para casa, e nos braços da sua esposa, nos braços dos filhos, o aconchego, e disse à sua esposa: "vou caminhar agora pelo mesmo caminho, e vou conseguir realizar os meus sonhos".

E começou a trabalhar, Deputado Romanelli, começou a trabalhar na grande Capital do Paraná. Um dia, fazendo uma "boquinha" aqui, outro dia fazendo uma "boquinha" lá e continuando o seu caminho, Deputado Ricardo Chab, continuando a sua caminhada de encontro ao seu grande destino, porque no passado, o destino, como disse ontem, que tem uma fábrica estupenda no centro da Terra, havia lhe preparado algumas decepções. Mas ele disse: "esta fábrica agora vai ter que me preparar alegrias, o direito de ser feliz.

E começou a sua caminhada de encontro novamente ao seu grande destino. Caminhadas firmes, bravas, a sua luta, e foi conseguindo, montou a sua casinha, comprou um Opala - velho até, mas andava com o seu Opala, já começou a abrir uma poupança, não roubando, trabalhando, caminhando de encontro ao seu grande destino.

E um dia ele recebeu um cheque de um trabalho que havia prestado na capital de todos nós, Deputado Takayama, Marquinhos, Ricardo Chab, Zezé, um dia ele recebeu um cheque e foi ao Banco sacar o cheque. Ao chegar ao caixa do Banco, disse-lhe a caixa - uma mulher, uma jovem: o cheque não tem fundos, é roubado! Retorna ele à sua casa, à tarde, cansado do trabalho, coçando a cabeça, o que fazer? Vou à polícia, tenho que registrar uma queixa. E foi à Delegacia de Borda do Campo, que é comandada por um calça curta, um escrivão calça curta, o auxiliar calça curta, o detetive calça curta, todos com a calça curta, e com uma carteirinha comprada na Rua Riachuelo, igual à nossa, só que a nossa é oficial, bonitinha é a nossa, in-

clusive ajudei a fazer a nossa, fiz o desenho, como gosto da propaganda, fiz o desenho. Essa carteira que os Senhores carregam foi desenhada pelo Deputado Alborghetti e alguns assessores da Casa. São as "otoridades" de Borda do Campo.

Romanelli, chega o Moacir, estaciona o seu Opala, vai ao plantão da "otoridade" e diz: "Bom dia! Vim registrar aqui a queixa de um cheque roubado". Aí, uma das "otoridades", que não sabe o que é a Constituição Nacional ou a Constituição Federal, o que é o Código Penal, ou não sabe o que quer dizer a palavra "Taurus", ou não sabe, como disse o Ricardo Chab no seu programa de hoje, que achei de uma felicidade incrível. A criança quando está com uma arma 22 na mão, ela tem 22 anos de idade; quando tem uma arma 38, ela tem 38 anos de idade; quando ela tem uma arma 45, ela tem 45 anos de idade. Parabéns! A sua mente hoje estava a lhe aplaudir aplaudir no carro.

Uma das "otoridades" olhou para ele e falou: "eu te conheço, você é o Moacir, você já esteve preso. Levante as mãos, parede". Ele foi para a parede, já esteve preso, o que fazes aqui, cheque roubado, vagabundo, cana, mete na cela este vagabundo, pilantra, safado. Enjaularam o homem. Aí a outra "otoridade": "olha, pode dar pepino, vamos fazer um acerto". Chamaram o Moacir e ele voltou à sala da "otoridade", dos homens da carteirinha da Riachuelo, comprada na Rua Riachuelo. Quem quiser comprar uma carteirinha, lá tem um bazar que vende de tudo, até carteirinha de Deputado ali tem para vender.

A "otoridade" disse: "nós queremos o Opala, porque senão vai ficar em cana, malandro". O Moacir entregou o Opala. A "otoridade" perguntou: "quanto é que tem no bolso, malandro"? Ele respondeu: "ah, tenho mil e quinhentos reais". A "otoridade" continua perguntando: "quanto é que tem na poupança, ma-

landragem"? Ele responde: "não tenho nada". E a "otoridade" diz: "então, tem que arrumar, porque esta história do cheque roubado está mal contada, e vamos arrumar para a tua cabeça". O Moacir pergunta: "quanto é que vocês querem"? A "otoridade" responde: "cinco mil". As "otoridades", as "otoridades"!

Aí, ele foi no meu programa, veio ao meu gabinete. Liguei para a Corregedoria da Polícia Civil. Armei uma arapuca. Armei. Pegamos o dinheiro, fotocopiámos o dinheiro, tudo com a Corregedoria da Polícia Civil, isto na semana passada. Armamos máquina e tudo. Mande a minha equipe para o local. Entraram na Delegacia com uma maquininha de filmar e ligaram. Meu cinegrafista deu uma de "jacu" e foi junto. Chegaram lá dizendo: "nós viemos aqui trazer o dinheiro". A hora que as "otoridades" pegaram o dinheiro, chegou todo mundo e disseram: "cana, mão para cima". Aí, as "otoridades", assustadas, diziam: "o que houve, pelo amor de Deus, o que aconteceu"! Deram uma geral e prenderam todo mundo. Os cinco em cana. Perguntaram as respectivas profissões de cada um. E eles responderam: "dedo duro", "dedão", "alcagüete", "otoridade". E onde está o delegado? Responderam: "O delegado fugiu".

Pasmem os Senhores, ontem à tarde estava apresentando o meu programa e me ligaram aqui do meu gabinete, dizendo que o Moacir estava querendo falar comigo, e que estava chorando com a família, porque o pessoal foi todo solto. E eles foram na casa do Moacir e ameaçaram ele de morte. "Então o Moacir está aqui no seu gabinete para se esconder". Aí levei-o para o ar.

Senhor Secretário, Senhor Diretor da Polícia Civil, se fossem policiais, estavam todos presos numa hora dessas. Todos em "cana". E estariam passando pela Corregedoria da Polícia Civil, estariam sendo massacrados dentro da lei.

Mas, como são "dedos duros", ninguém ficou na cadeia, Senhor Romanelli. Ninguém ficou na cadeia.

Então, fui para a televisão, e gritei: "como é que fica? Quem é que vai resolver"? A delegacia está fechada. Os "cagus" desapareceram, todos, não sobrou um. Deve estar correndo até agora. E hoje de manhã, o Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, me ligou e disse que ia mandar prender os "dedos duros" que estavam na delegacia, que tinham acharcado os 5 mil reais do Moacir. Perguntei: "mas eles estavam presos? Foram soltos"? "Não sei o que aconteceu". Falei: "porque se fossem agentes da Polícia Civil, estariam presos, encarcerados, Agora, são vagabundos, canalhas, ordinários, dedos-duros da Polícia".

Não podemos, pelo amor de Deus, ter isso dentro das Delegacias de Polícia do Paraná! Isso é uma afronta, Chab, contra o verdadeiro Delegado de Polícia, que faz carreira, contra um detetive que cursou uma Universidade, contra o Escrivão de Polícia, Deputado Romanelli. Se fossem policiais, estariam presos. Como são "dedos duros", ficaram sabe quantas horas presos, Romanelli? Duas horas. E desapareceram.

Acreditem se quiserem. A Delegacia de Borda do Campo está fechada. O delegado desapareceu, porque metade da grana era para ele. Ele estava esperando no fundo da delegacia. Como deu "crepe", ele foi o primeiro a correr.

O Sr. Ricardo Chab - Só para ilustrar, Deputado Alborghetti, o aparte.

A Delegacia de Borda do Campo, é um bairro de São José dos Pinhais, para os outros Deputados que não conhecem. São aproximadamente 15 mil moradores. Metade dessa população sequer tem água encanada, e fica há 15 minutos do centro da Capital do Estado.

Então veja bem, esta delegacia, Deputado Alborghetti, construída pela comunidade. Participei da construção da delegacia. O Senhor Stelmachuk, proprietário de uma loja de material de construção, cedeu material de construção, enquanto os outros moradores, cederam o local, o terreno, aonde ergue-se a Delegacia de Polícia. Então aquilo foi construído pela comunidade.

Dáí, de repente, o Deputado Alborghetti traz esta tarde, o total desrespeito dessas pessoas que estavam ali para servir a comunidade, e na verdade se serviam da comunidade.

Então veja bem, a delegacia continua fechada. Ainda ontem, inclusive, fui procurado por moradores de Borda do Campo estão profundamente chateados, estão apavorados, porque de repente eles, os moradores, a comunidade, Deputado Alborghetti, construiu, edificou a delegacia nos padrões de uma delegacia. Com "xadrez", com sala de plantão. Eles é que construíram isso. O Estado não entrou com absolutamente nada. O que o Estado fez, na verdade, foi estabelecer um comodato para poder usar um prédio construído com o dinheiro da população.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI -
Quem colocou os ladrões lá dentro?

O SR. RICARDO CHAB - Não sei. Alguém que indicou. Tenho, inclusive, aqui na Casa um projeto de minha autoria e do Deputado José Maria, que o trago a luz agora nesta tarde. O projeto, de repente, não sei aonde anda. Que é a eleição para o delegado "calça curta", que é a eleição para o delegado leigo, porque não? Porque Borda do Campo não poderia eleger ali o seu delegado e colocar naquela delegacia.

Ao invés de termos ali o que chamam de Assistente de Segurança, que ganha salário do Estado, Deputado Al-

borghetti, e fica extorquindo a comunidade. Veja bem que absurdo, a coisa é muito pior do que pensamos.

Então, quero aqui, na verdade, somar as palavras, e deixar claro, aqui, o meu apelo até nesta Casa, nesta tarde. Tenho um projeto na Casa. Temos que discutir isso amplamente. A maioria, 70% das cidades no interior do Estado e na Região Metropolitana, são delegados leigos, os chamados "calça curta". Por exemplo, sabem quem responde hoje, Deputado Alborghetti, como Delegado de Almirante Tamandaré e que investiga um triplo assassinato em Almirante Tamandaré, aqui do lado? É a pessoa de destaque na sociedade pela maneira, pela postura correta e coerente. Sabem quem é o delegado, hoje, de Tamandaré? É o farmacêutico da cidade, porque o delegado de carreira tirou férias. Não tem outro delegado de carreira para colocar numa sede de Comarca!

Nesses casos, é aí que entra o meu projeto, o projeto do José Maria, que apresentamos nesta Casa, que é para a eleição do delegado leigo. A comunidade que vai escolher, pela votação. Por quê? Porque aí, vamos poder ter um controle. Fora isso, foge do controle. E aí, o Deputado traz, nesta tarde, uma denúncia seriíssima, gravíssima das pessoas que na verdade se aproveitam dos trabalhadores.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI -
Agradeço seu aparte, acho inteligentíssimo. Acho que deveria ser colocado em prática esse projeto seu e do Deputado José Maria.

Não sei se vocês estão sabendo. Foi presa ontem uma menina, uma mãe, acho que até ela é meio problemática da cabeça. Entraram na residência dela e tinha 7 quilos de maconha. Ela foi presa e, pela primeira vez, fui interceder por essa moça. Ela não é traficante e não é viciada. Ela simplesmente foi usada pelo

Curitiba, quarta, em 23.10.96

irmão para guardar a maconha debaixo da cama.

Se o meu projeto tivesse sido autorizado, se fosse colocado em prática, cada delegacia teria uma assistente social, uma psicóloga e um promotor público às custas do Governo, esta moça imediatamente deveria ser encaminhada pela assistente social para um exame. Foi feito o exame e, imediatamente, foi conduzida à sua residência. E intercedemos por ela ontem, porque a menina tem problemas psicológicos, guardou 7 quilos de maconha debaixo da cama na sua residência. E o traficante, aquele que tem que ir preso, aquele que é o assassino de milhões, aquele que mata os nossos filhos, aquele que mata os nossos netos aquele que destrói lares...

Lembro de uma palavra do Senador José Richa, num dicionário toxicológico que tenho, editado em Londrina, e vocês sabem há quantos anos tenho esse dicionário? Há mais de 25 anos. É um dicionário de toxicologia. Tudo o que você quer saber sobre drogas, tem. Foi editado por um grupo liderado pelo Dr. Egas Soares Vargas e foram pegos vários depoimentos. O Deputado José Maria sabe de quem estou falando. O Dr. Egas Soares Vargas, a maior capacidade toxicológica do Brasil, que já faleceu, montou a maior clínica para salvar dependentes de drogas, que fica em Londrina, que é a Clínica das Palmeiras, que leva o nome do Dr. Egas.

Nesse dicionário de toxicologia, porque sou um aficionado, estudo, corro, respondo-me com as Embaixadas, sou um videomaniaco com documentários, tudo sobre drogas. E tem uma palavra que o Senador José Richa deixou nesse dicionário, que diz, e é importante que cada um dos Senhores que têm filhos, netos, irmãos, pelo amor de Deus, entendam o que vou dizer. Palavras de um estadista do meu Estado, de um democra-

ta: "droga é pior do que uma herança nuclear" - Senador José Richa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Passamos ao Grande Expediente, anunciando em nosso meio, por intermédio do ilustre Deputado Beto Richa, a presença do prefeito eleito Silas de Moraes Pereira, de Francisco Alves, bem como acompanhando Sua Excelência o Prefeito, o Vereador Joaquim Palmeira. A Mesa Executiva se associa ao ilustre Deputado Beto Richa.

Com a palavra, o ilustre Deputado João Techy Filho, no Grande Expediente.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Bondade sua, Senhor Presidente, no Grande Expediente, apesar de querermos fazer um relato, uma notícia até que ocorreu na Cidade de Imbituva, esses dias que estava presente lá, aonde uma quantidade grande de granizo se abateu sobre a zona urbana, atingindo praticamente 100% das residências, aonde tinha aquela cobertura conhecida e até mais prática de ser utilizada - fibra de cimento, e atingindo praticamente todo o município, toda a cidade, e que ocorreram as primeiras notícias na manhã de sábado, aonde eu estava presente naquela cidade, e procuramos de imediato fazer um levantamento do desastre, do incidente, contratempo ocorrido e que constatamos que houve bastante estrago, e assim que houve esse levantamento inicial, já procuramos a Defesa Civil, e eles de imediato procuraram oferecer do que dispunham no momento para fazer com que essas residências que estavam abaixo de chuva, sem teto, sem proteção, distribuíam o que tinham no momento, 4, 5 ou 6 rolos desse material plástico, lona plástica, e que foi rapidamente distribuída, além de mais 50 ou 60 rolos de material plástico que o prefeito conseguiu buscar

fora do município, até aqui em Curitiba. Entramos em contato com a Defesa Civil, eles foram rápidos e foram precisos em fazer o que puderam, já de início.

E, estando presente ontem, juntamente com o Deputado Zuk, com o Deputado Joel Coimbra, que são Deputados também interessados naquela região, conseguimos alguma coisa já, mas que não diretamente da Defesa Civil. Teria que buscar em outras Secretarias algum socorro, e conseguimos um caminhão de Eternit, e também conversando longamente com os Deputados presentes na ocasião, e que é um momento importante agora de se fazer alguma emenda, para que haja, principalmente nessa questão de temporal, sabemos que isso ocorre a cada 20 anos no município, mas como o Estado é grande, isso anualmente ocorre uma, duas tragédias em todo o Estado, e que essas emendas, que vêm bastante à calhar, poderia ser feita alguma coisa no sentido de prever essas questões de contratempo em todo o Estado.

E até gostaria de salientar que faríamos da minha parte essas emendas, para ver se existe alguma maneira de colocar isso à disposição do nosso Estado. Porque é muito triste, essas pessoas que de imediato têm suas casas destelhadas por contratempo, os vizinhos também têm esse problema, quer dizer, a região toda fica sofrendo e quem está presente numa localidade dessas, sente e sabe como fica difícil a situação, e a Prefeitura também não dispõe, no momento, de alguma maneira de defender essa população do contratempo, da chuva, principalmente.

Então, poderíamos também aqui entre os Deputados que também já tiveram esse problema em suas regiões, também se interessassem e também colocassem alguma coisa nesse sentido.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de me referir apenas a isso. O Grande Expediente foi uma bon-

dade do nosso Presidente. Mas a questão é importante, inclusive, para que todos tomem conhecimento e também ajudem nessa possibilidade de podermos ter essa previsão para todo o nosso Estado, com algum recurso inicial e principalmente no início onde as dificuldades existem em todo o Estado. E tendo algum recurso, alguma questão assim para defendermos rapidamente o problema inicial, vamos beneficiar todo o nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Encerrado o Grande Expediente, enaltecido pelo Deputado Jocelito Canto, o assunto que Vossa Excelência trouxe da região dos Campos Gerais, principalmente em Imbituva e Ponta Grossa.

Passamos ao Horário das Lideranças, já ocupadas, faltando o PDT, PSDB, PFL, PPB e Liderança do Governo.

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/95, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Mutuários da Habitação de Ponta Grossa e região.

Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Silvio Vidal - Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro no Município de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Centro Espirita Alan Kardec - Mensageiros da Paz, com sede e foro na Cidade de Iporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/96, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, ação social de Céu Azul, com sede e foro na Cidade de Céu Azul, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/96, de autoria do Deputado Luiz

Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Ciência & Fé, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 06.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 336/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, visa declarar de Utilidade Pública Estadual o Instituto Ciência & Fé, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Creche Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 141, de 08.10.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 436/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Creche Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Londrina.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1205, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1207 e 1208, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1209 a 1212, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1213, de autoria dos Senhores Deputados Antonio Annibelli e Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1214 e 1215, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1216, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, com apoio do Senhor Valdir Rossoni, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1217, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1218, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1219 a 1223, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1224 e 1225, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1183, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem)

Gostaria apenas de registrar a presença do ex-Prefeito e Prefeito eleito de Cascavel, Salazar Barreiros.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 336 e 436/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301, 350 e 391/96.

Levanta-se a sessão.